



ARTIGO  
ARTICLE

---

## **A Anexação da Província de Chiquitos ao império do Brasil (1825) – O governador e os indígenas – outras perspectivas**

**The Annexation of the Chiquitos Province by Empire of Brazil (1825) - The governor and the indigenous people - other perspectives.**

Ernesto Cerveira de Sena 

Professor Associado de História da América da UFMT

[ernesto.sena@gmail.com](mailto:ernesto.sena@gmail.com)

SENA, Ernesto Cerveira de. A Anexação da Província de Chiquitos ao império do Brasil (1825) – O governador e os indígenas – outras perspectivas. *História, histórias*, vol. 9, nº 18, jul./dez. 2021.

<http://dx.doi.org/10.26512/rhh.v9i18.37603>

**Resumo:** Este artigo analisa a anexação momentânea da província de Chiquitos a Mato Grosso, Império do Brasil, em 1825. Ao discutir a historiografia sobre o evento, propõe reconsiderar outros elementos, quais sejam; a participação indígena, procurando suas configurações sociais e políticas, e as perspectivas do então governador da província naquele momento turbulento. Assim, busca relacionar a história indígena da província com a das relações internacionais, propondo novo entendimento sobre a anexação ocorrida no momento que começava a surgir um novo país, a Bolívia.

**Palavras-chave:** Chiquitos; Bolívia; Brasil.

**Abstract:** This paper analyzes the momentary annexation of the province of Chiquitos to Mato Grosso, Empire of Brazil, in 1825. In discussing the historiography about the event, it proposes to reconsider other elements, namely; the indigenous participation, looking for their social and political configurations, and the perspectives of the then governor of the province at that turbulent moment. Thus, it seeks to relate the indigenous history of the province to that of international relations, proposing a new understanding of the annexation that occurred at the time that a new country, Bolivia, was emerging.

**Keywords:** Chiquitos; Bolivia; Brazil.

### **Palavras iniciais**

Chiquitos foi uma das últimas áreas consideradas “realistas” da América do Sul a cair sob o avanço das tropas independentistas. Quando a principal força monarquista foi derrotada, no final de 1824, e lideranças realistas restantes passavam para o lado “republicano”, o governador da província de Chiquitos, Sebastián Ramos, procurou resistir ao avanço das tropas republicanas. Para isso, enquanto mandava cartas ao comando do “Exército Libertador”, dando a entender que também capitularia, negociava com a câmara municipal de Vila Bela (também conhecida como vila de Mato Grosso, o mesmo nome da província da qual era capital) o envio de tropa para ocupar e se apossar de sua governadoria. O governador esperava uma ação monarquista que pudesse reverter o quadro de domínio independentista. Uma tropa foi enviada de Mato Grosso e tomou “posse” da província. Contudo, logo os soldados brasileiros tiveram de retornar para o Brasil, no que foram acompanhados por Ramos, seu pequeno séquito, com objetos de valor dos povoados. Em meio a essas turbulências, indígenas também foram para Mato Grosso<sup>1</sup>. A historiografia que trata do assunto é unânime em apontar que a anexação de Chiquitos quase provocou uma guerra entre Argentina e líderes republicanos contra o Império do Brasil. De maneira inversamente proporcional, a atitude anexionista do governador não passaria de um movimento inconsequente e localizado. De toda forma, o episódio foi o suficiente para Ramos ser considerado um dos primeiros “traidores da pátria”, tanto nos momentos finais das guerras de independência quanto passados quase 200 anos.

Ainda pouco conhecida, a “anexação de Chiquitos” ou a “Questão de Chiquitos” foi tratada, principalmente, por historiadores das relações internacionais e da história do Oriente Boliviano<sup>2</sup>. Esses textos nos ajudam a entender parte do que aconteceu na província, como todo trabalho historiográfico. No entanto, deixam questões em aberto ou que podem ser reconsideradas. A começar pelos indígenas, que eram a razão de ser da província e a maior parte dos habitantes dela; não teriam tido peso no desenrolar dos acontecimentos? E quais seriam as possibilidades de ação do governador naquele momento conturbado?

---

<sup>1</sup> Entre outros, ver SECKINGER, Ron L. La Cuestión de chiquitos: una breve crisis en las relaciones boliviano-brasileñas. *Revista de la Universidad Gabriel René Moreno*, Santa Cruz de la Sierra, n. 39-40, 1985.

<sup>2</sup> “Oriente Boliviano” também chamada de “Terras Baixas” da Bolívia. No século XIX, era a região com menos habitantes. Maior parte da população e produção de bens se concentrava na área andina.

Com essas questões em vista, aparentemente simples, este artigo pretende mostrar aspectos diferentes do que normalmente é apresentado sobre a anexação. Dessa forma, nos valem de fontes diversas. A própria historiografia sobre a “Anexação de Chiquitos”, por vezes, confrontando seus textos, nos fornece, além de elementos para conhecimento e problematizações do episódio, documentos transcritos destacados, dos quais podemos inferir abordagens diferentes do texto “original”. Também utilizamos fontes depositadas no Arquivo y Biblioteca Nacionais de Bolívia, na cidade de Sucre, notadamente, o periódico *El Condor de Bolívia*, jornal criado e também *criador* da república. Igualmente, recorreremos a documentos depositados no Arquivo Público de Mato Grosso, devido à atenção que autoridades locais prestavam à zona de fronteira com a província de Chiquitos. Nos valem de documentação publicada da câmara de Vila Bela, a capital de Mato Grosso no período colonial. Não são menos valiosos os estudos sobre os ameríndios, especialmente, sobre os chiquitanos, os quais aqui tomam valor heurístico para nossas proposições.

Assim, após considerações breves, mas não ociosas, sobre a formação da província de Chiquitos, discutiremos como a história e historiografia abordaram a “Anexação de Chiquitos”. Em seguida, abordaremos diversos aspectos dos grupos indígenas e algumas de suas participações nas guerras de independência. Então, passaremos a tratar das formas sociais dos chiquitanos como maneira de percebermos o que veio a ser a “Questão de Chiquitos” e o início das construções pátrias. Por fim, buscaremos as possibilidades do governador Ramos quando solicitou a anexação de sua governadoria, assim como as ações dos chiquitanos. Na conclusão, sem querer restituir qualquer heroicidade aos panteões nacionais, retomaremos alguns dos debates.

### **Província Chiquitana**

A província leva esse nome devido à designação dada pelos espanhóis, desde o século XVI, aos grupos indígenas que lá habitavam. Apesar do nome diminutivo, eram conhecidos pelas suas ações guerreiras, tanto em relação aos ibéricos quanto a outros grupos indígenas<sup>3</sup>. Eles impediram por mais de um século que “conquistadores” espanhóis, saídos principalmente de Santa Cruz de la Sierra, se estabelecessem ou

---

<sup>3</sup> MARTINEZ, Cecilia. *Una etnohistoria de Chiquitos, más allá del horizonte jesuítico*. Cochabamba: Instituto de Misionología / Itinerarios Editorial, 2018.

passassem pelo seu território. Era uma área que abrangia o médio Rio Paraguai, a região do Chaco ao Sul, e as franjas da floresta amazônica, ao norte<sup>4</sup>.

Chiquitos era chamada pelos espanhóis de “província”, como era também a vizinha “Mojos”, antes de se tornarem unidades administrativas espanholas ambicionadas pelos ibéricos. Os moradores do povoado de Santa Cruz tinham o apresamento de índios, como os chiquitos, como uma de suas principais atividades, para trabalharem em suas roças ou casas ou para serem enviados às áreas de mineração nos Andes.<sup>5</sup> Outra atividade que cultivavam era a busca quase permanente por metais e pedras preciosas, em um lugar mítico de abundância e fartura, que imaginavam ser a província de Mojos<sup>6</sup>.

Por sua vez, os vários grupos indígenas, inclusive os chiquitos, impingiam grande mortandade aos espanhóis, fazendo extinguir completamente núcleos urbanos ou forçando-os a se mudarem para outros locais. A própria Santa Cruz ficou conhecida como a “cidade andarilha” por ter sido trasladada de lugar três vezes, até se fundir com outro povoado, o de San Lorenzo, e se firmar na beira do rio Piraí, ao pé da cordilheira dos Andes, vindo a se denominar Santa Cruz de la Sierra<sup>7</sup>.

A situação dessa região mudou acentuadamente quando a coroa espanhola autorizou os jesuítas instalarem missões nas áreas onde habitavam os Chiquitanos e os Mojenhos, no final do século XVII. Interessava à Coroa estabelecer um antemural contra o avanço dos *bandeirantes*, protegendo as valiosas minas andinas, além de poderem servir de base para a descoberta de possíveis tesouros imaginados ao norte de Chiquitos<sup>8</sup>.

Já para as parcialidades chiquitanas, como mostra Cecília Martinez, também lhes interessava que os jesuítas se instalassem em sua região. Conforme a autora, os estabelecimentos inicianos, promovendo constantemente a expansão e incorporação de outros ameríndios, também ampliavam o raio de ação dos chiquitanos, pois tinham

---

<sup>4</sup> Para uma descrição mais pormenorizada, ver FERNANDEZ, Juan Patricio. *Relacion historial de Las Misiones de Indios Chiquitos*. Madri: V. Suarez [1726], 1895.

<sup>5</sup> Ver COMBÉS, Isabelle. Santa Cruz Indígena. In: COMBÉS, Isabelle, PEÑA, Paula H. (comp). *Santa Cruz La Vieja*. Santa Cruz de la Sierra: G. M. A. S.C.S., 2013.

<sup>6</sup> GARCÍA RECIO, José María. *Análisis de una sociedad de frontera*. Santa Cruz de la Sierra en los siglos XVI y XVII. Sevilla: Gráficas del Sur/Diputación Provincial de Sevilla/Archivo Histórico Nacional de Bolivia, 1988.

<sup>7</sup> MOREIRA DA COSTA, J. E. F. A Formação do território chiquitano. In: SILVA, Joana F. (org) *Estudos sobre os Chiquitanos no Brasil e na Bolívia*. Goiânia. UCG, 2008.

<sup>8</sup> MOREIRA DA COSTA, J. E. “Territorialidade...”, p.186.

o costume de guerras específicas, visando inserir etnias diferentes em suas comunidades. Outro fator era que os jesuítas portavam e podiam ser fonte de fornecimento permanente de objetos bastante estimados, de vidro ou metal, ainda que considerados *quinquilharias* pelos ibéricos. A presença da ordem também ajudava a rechaçar as tentativas de escravização dos indígenas pelos moradores de Santa Cruz ou do Brasil. Então, ao passo que os inacianos diziam ter “cristianizado” os indígenas da região, também viabilizavam os empreendimentos dos Chiquitanos.<sup>9</sup> Por sua vez, para os jesuítas, além de “almas”, os chiquitanos poderiam produzir artigos para os mercados em que os inacianos atuavam fora das missões.

Com a expulsão dos jesuítas em 1767, a província passou por mudanças consideráveis, começando pelo envio de curas e administradores laicos por parte da coroa. Existem estudos que apontam para a “decadência” de Chiquitos. A produção foi considerada insatisfatória; os artigos, mais do que nunca, deveriam atender às demandas do mercado de Santa Cruz e de outras localidades espanholas. Ao mesmo tempo, é registrada a diminuição da população na província, sendo a migração um dos motivos.<sup>10</sup> Da mesma forma, as guerras de independência e as movimentações que antecederam os conflitos também afetaram incisivamente a província chiquitana. Nos momentos finais da guerra, Chiquitos tornar-se-ia objeto de discussão e cálculos dos principais generais que venciam os “realistas” na América do Sul, devido à invasão por tropa saída de Mato Grosso; o que mais tarde seria tratada pela historiografia como “A questão de Chiquitos” ou “A anexação de Chiquitos”.

### **A historiografia e história sobre a “anexação de Chiquitos”**

Um dos primeiros historiadores a sistematizar a história das relações internacionais do Brasil, Pandiá Calógeras, menciona a anexação dentro do capítulo destinado a tratar da “Independência da Cisplatina”. O episódio está relacionado à parte das tensões crescentes na região do Prata, entre o Império do Brasil, Buenos Aires e Montevideú, que acabaram conflagrando a “Guerra da Cisplatina” – entre dezembro de

---

<sup>9</sup> Ver MARTÍNEZ, Cecília. “*Una ethnohistoria...*”, p. 115-163.

<sup>10</sup> BASTOS, U.A. *Os jesuítas e seus sucessores: Moxos e Chiquitos (1767-1830)*. São Paulo: Revista de História USP, 1974.

1825 e meados de 1828.<sup>11</sup> Embora não aponte um nome específico para o evento, como veio a ser conhecido depois, apresenta vários elementos que foram incorporados em pesquisas posteriores.

Assim, Calógeras mostra que, depois da derrota dos “realistas”, na batalha de Ayacucho (1824), o exército independentista avançou pela antiga audiência de Charcas (região conhecida também por Alto Peru, base territorial da futura Bolívia), procurando consolidar sua presença e atingir os rincões do império espanhol. Quando estavam prestes a tomar Santa Cruz de la Sierra e sua região de influência, como Chiquitos, o governador Sebastián Ramos, inconformado com o contínuo avanço até sua província, solicitou à câmara de Mato Grosso (Vila Bela) que sua governadoria fosse anexada a essa parte do Império brasileiro. Aceitando a proposta, foi expedida uma tropa de aproximadamente 50 soldados para tomar Chiquitos. Quando o imperador do Brasil soube do voluntarismo na fronteira Oeste, ordenou imediatamente o regresso dos soldados, em carta assinada em 13 de agosto de 1825. Nela, condenava veementemente a atitude dos mato-grossenses. Em seguida, pelo Aviso Imperial de 15 de dezembro de 1825, o monarca ordenava a devolução dos pertences “daqueles povos”, que haviam sido subtraídos na retirada da tropa, em uma tentativa de evitar maiores conflitos. Naquele momento, a guerra na região da Cisplatina, também conhecida como Banda Oriental, já havia estourado. A anexação serviu como pretexto para os portenhos procurarem unir suas armas aos exércitos que venciam no Alto Peru, sob o comando último de Simón Bolívar.<sup>12</sup>

Para Calógeras, portanto, a anexação temporária da província chiquitana aparece mais como um evento que possibilitou a tentativa de Buenos Aires angariar uma união com os exércitos ligados à Bolívar, contra o Brasil, em meio às rivalidades platinas “herdadas do período colonial”, do que o fato da anexação em si. Essa forma de apreensão é bastante compreensível, tendo em vista o autor se dedicar sobre as *linhas gerais* da política externa do Primeiro Reinado em meio à escassez de publicações sobre a política internacional. Nesse bojo, a “anexação” temporária por soldados saídos de

---

<sup>11</sup> CALÓGERAS, P. *A política exterior do Império*. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998.

<sup>12</sup> CALÓGERAS, P. “A política...” p. 419-423.

Mato Grosso foi um evento lateral e secundário, sem ter ainda um nome próprio para ser designado na historiografia<sup>13</sup>, como veio a ter em trabalhos posteriores.

Um desses trabalhos foi o de Ron L. Seckinger, chamado “La Cuestión de Chiquitos”, o qual tornou-se a principal referência para vários outros que trataram do tema (os quais veremos mais à frente) justamente pela especificidade, fontes levantadas e análises de conjunturas internacionais e locais. Como em Calógeras, é apontada a decisão pessoal do governador de Chiquitos, D. Sebastián Ramos, de fazer o pedido de anexação de sua governadoria, visto como maneira de procurar resistir ao avanço dos independentistas em sua região. Da mesma maneira, o autor assinala o envio de tropas pela câmara de Mato Grosso, a posterior condenação veemente de D. Pedro à atitude dos mato-grossenses, os atritos platinos e o receio do Império de que fosse formada uma aliança de Buenos Aires com Bolívar. Ambos, também, mostram a não efetivação da união de armas em decorrência da decisão do último<sup>14</sup>.

Muito provavelmente por ser um texto específico, Seckinger traz elementos e considerações não presentes em Calógeras. Tais elementos não devem ser ignorados, como foram, por exemplo, pelo historiador Ovando Sanz, quando também trata da anexação como mote principal<sup>15</sup>. Seckinger mostra que Ramos formalizou o pedido de incorporação de sua governadoria em março de 1825. A Câmara no *lado brasileiro* aceitou em abril do mesmo ano. D. Pedro I rechaçou essa atitude, endereçando carta para Mato Grosso, em 6 de agosto. Esse intervalo entre a invasão e a resposta de D. Pedro fez com que Sanz acreditasse que o imperador do Brasil tinha interesse, sim, em incorporar Chiquitos ao seu império. O governo central brasileiro teria esperado que se concretizasse a tomada da província iniciada com tropa enviada de Vila Bela. Escreveu carta condenando a iniciativa dos mato-grossenses, somente, quando percebeu que não seria mais viável a incorporação de Chiquitos. O problema dessa avaliação é que ela praticamente desconsidera o tempo de trânsito de uma correspondência entre Mato Grosso e o Rio de Janeiro, que duraria cerca de 4 meses, na época;<sup>16</sup> além de demais

---

<sup>13</sup> Dosse, entre outros apontamentos, mostra que um “acontecimento” se caracteriza por ganhar nome próprio, logo, teria uma lógica e temporalidade específicas, ainda que relacionado a outros. Ver DOSSE, F. *O Renascimento do acontecimento*. São Paulo: EdUnesp, 2010.

<sup>14</sup> Ver SECKINGER, R. L. “La Cuestión...”, p. 7-19.

<sup>15</sup> SANZ, J. O. *La invasión Brasileña a Bolivia en 1825*. La Paz: Librería Editorial Juventud, 1986.

<sup>16</sup> VIEIRA DE MELLO, Arnaldo. *Bolívar, o Brasil e os nossos vizinhos do Prata – da questão de Chiquitos à Guerra da Cisplatina*. Rio de Janeiro: Editora Escopo, 1963.

distâncias de várias outras correspondências em torno da invasão, trocadas entre militares e outras autoridades governamentais, apesar de uma parte importante de seu livro se intitular “Cartas como Cañonazos”. Nesse sentido, em Cuiabá, no dia 8 de outubro, quando o presidente da província de Mato Grosso escreveu para o novo governador de Chiquitos, com a finalidade de evitar qualquer conflito com os novos governantes que acabavam de “se fazer independentes da Europa”, informava ainda esperar correspondência com instruções da Corte do Brasil, mas já tomava providências por conta própria – como a troca de comandos de armas que teriam facilitado a ação de Ramos<sup>17</sup>.

Entre as várias correspondências emitidas naquele momento, uma das mais emblemáticas, vislumbrando a possibilidade de conflito, foi a carta emitida pelo braço direito de Bolívar no Baixo e Alto Peru, o igualmente venezuelano (na época chamados de “colombianos”), António Manuel de Sucre, para o comandante da tropa de Mato Grosso em Chiquitos, Manuel José de Araújo, tão logo soube da invasão de Chiquitos. Nela, Sucre ameaça invadir o império do Brasil, caso os brasileiros não retornassem imediatamente. Vale destacar e tratar de algumas partes dessa mensagem, assinada em 11 de maio de 1825, em Chuquisaca (cidade que logo seria sancionada como capital da Bolívia e mais tarde receberia o nome de “Sucre”), as quais podem indicar as disposições para o conflito armado, como também a ideia de pátria em transformação, da qual trataremos mais adiante. Assim, o general, após advertir que o governador Ramos não tinha “facultades” nem qualquer “credencial” para entrar em relações com um “gobierno extranjero”, afirma que seu ato era uma perfídia e “una traición”. Essa ideia de “traição” de Ramos se solidificará nos anos seguintes, mas cabe aqui atentar que o próprio Marechal Sucre duvidava de que o governo central brasileiro teria ordenado tal feito aos soldados mato-grossenses: “No puedo persuadirme que V.S. tenga órdenes del gobierno del Brasil para la invasión”. Fazia poucos meses que Sucre havia vencido a principal força realista no Peru, em Ayacucho. Então, lembrava que acabara de “humillar 18 mil soldados” de seus mais “orgullosos enemigos” e, caso não fosse desocupada Chiquitos, seria sinal de declaração de guerra; isso ensejaria a penetração no território

---

<sup>17</sup> Também dizia enviar o próprio filho para restituir prata recolhida dos soldados retornados de Chiquitos. ABNB. Cuiabá, 8 de outubro de 1825. Saturnino da Costa para Gov. Jil Salido. *El Condor de Bolívia*. 11 de dezembro de 1825.



brasileiro e os declarar inimigos, levando “a desolação, a morte” e o assombro, para vingar “*nuestra pátria*”.<sup>18</sup>

Essa carta é parcial ou integralmente citada por vários autores, inclusive por Sanz<sup>19</sup>, com cópias depositadas em vários arquivos. Entretanto, é importante salientar que, ao mesmo tempo em que Sucre tomava conhecimento do episódio e despachava sua mensagem, outros fatores coadjuvavam para a não permanência da tropa, como mostra Seckinger. A Câmara de Mato Grosso havia mudado de ideia e ordenara a saída da tropa de Chiquitos. Antes dessa comunicação chegar, ocorreu uma sublevação no povoado de San Miguel contra os invasores, ocasionando a batida em retirada. Finalmente, a falta de sincronismo entre as ações pode ser completada com a chegada da carta de D. Pedro a Vila Bela em novembro, condenatória à invasão, como já referimos, escrita em agosto desse ano de 1825<sup>20</sup>.

De toda forma, a suposta pretensão de D. Pedro de se apossar de Chiquitos poderia ter sido subsidiada pela ideia do expansionismo luso-brasileiro nas regiões de fronteira, pela qual Sanz poderia fundamentar suas asseverações, deixando-a como fator ao menos secundário. Ao nosso ver, seria cabível apontar o expansionismo, considerando tanto a grande parte do período colonial quanto uma continuidade para além das primeiras décadas do nacional. Era um expansionismo perceptível e latente – pelas muitas intervenções na região do Prata – antes e após a independência política do Brasil<sup>21</sup>. Verificável também na fronteira Oeste, quando foram fundados e incrementados núcleos urbanos, como os de Vila Bela e Cuiabá, no século XVIII, possibilitando a projeção do império português na parte sul da Bacia Amazônica e em pontos estratégicos dos rios platinos no interior da América do Sul, em avanço sobre territórios considerados “espanhóis” pelas coroas ibéricas<sup>22</sup>. Nas primeiras décadas do período nacional, também ocorreram avanços por territórios considerados “bolivianos”, notadamente, antes de um tratado oficial entre a Bolívia e o Império.

---

<sup>18</sup> APMT, Caixa 1825. Cuartel General de Chiquisaca, 11 de mayo de 1825. A. J. de Sucre para Al Sr. Comandante de las tropas del Brasil em las fronteras de Chiquitos, don Manuel José de Araújo.

<sup>19</sup> SANZ, J. O. “*La invasión...*”, p. 80.

<sup>20</sup> SEKINGER. “*La Cuestión...*”, p. 14-16.

<sup>21</sup> Entre outros, MAESTRI, Mário. O imperialismo do Brasil na Bacia do Prata. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v.14, n.1, jan/jun. 2014, p. 241-246.

<sup>22</sup> Ver LUCÍDIO, João Antônio Botelho. *A Vila Bela e a ocupação portuguesa do Guaporé no século XVIII*. Cuiabá: SEDUC-MT, 2004.

Dessa maneira, Sanz, apesar desse *etos* expansionista português/brasileiro nas fronteiras de *longa duração*, localiza preferencialmente a *circunstância* da existência da Santa Aliança para presumir a intenção anexionista de D. Pedro. A Santa Aliança, inaugurada em 1815, após a derrota de Napoleão na Europa, tinha como principal objetivo restaurar e fortalecer as monarquias cambaleadas pelas invasões francesas. O imperador do Brasil, então, seria o representante oculto dessa organização na América e suas ações seriam na direção da restauração da monarquia espanhola no Novo Mundo. Assim, Sanz, mesmo não apresentando nada plausível para essa representatividade, argumenta que a anexação de Chiquitos faria parte da luta do Império brasileiro contra os novos governos “republicanos”.<sup>23</sup>

Ao nosso ver, de um lado, a ideia e o símbolo que representavam uma aliança em nome da restauração de dinastias cristãs não podem ser desprezados como um todo na América; por outro, eles, por si só, não explicariam as ações do Império em suas relações com outros países e regiões – a exemplo dos platinos, quando participaram de coligações, acordos e conflitos com vários grupos e governos diferentes, independente do sistema político, se “realista” ou “republicano”<sup>24</sup>. Nessa região, as vantagens econômicas, militares e geopolíticas eram claras. Garantir acesso e controle aos grandes rios que entravam pelo interior do continente parecia falar muito mais forte do que a ideia de uma empreitada para o *restauracionismo* dinástico na América. Como podemos depreender de alguns autores, as ações efetivas da Aliança foram limitadas, na prática, ao âmbito europeu, onde havia “inimigos internos” nas próprias monarquias, como os grupos de tendências liberais na Península Ibérica<sup>25</sup>. Já do outro lado do Atlântico, havia a Inglaterra como um dos principais obstáculos; a grande vencedora contra o expansionismo francês napoleônico, mas que também se colocava, de maneira geral, como a maior “protetora” dos novos países que surgiam, almejando, desde o início, relações comerciais vantajosas, além de fornecer apoio militar nas próprias lutas independentistas. De toda maneira, isso tudo não exclui as especulações de líderes

---

<sup>23</sup> SANZ, J.O. “*La invasion...*”, p. 11-21.

<sup>24</sup> Para uma visão em conjunto da trama entre grupos políticos e países platinos, após as independências e antes da Guerra do Paraguai, Ver FERREIRA, Gabriela. Conflitos no Prata. In: GRINGBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial – (1808-1831)*- Vol I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

<sup>25</sup> BREÑA, R. *El primer liberalismo español y su proyección hispanoamericana*. In: JACSIC, Ivan; CARBÓ, E. P. (ed). Santiago: FCE-Chile, 2011.

militares e políticos sobre possíveis intervenções coordenadas para restaurar as monarquias, o que embaralhava e influenciava as relações e os projetos dos países que conquistavam a independência política, como mostra Fernanda Rossi.<sup>26</sup> Se, na época, levantava-se suspeitas sobre o imperador do Brasil como representante da restauração no subcontinente, o Império brasileiro, por seu turno, também temia possíveis ações punitivas da mesma Aliança por ter se separado de Portugal<sup>27</sup>. Dessa forma, apesar do fantasma da Santa Aliança ainda pairar dez anos depois de formada, ela não explicaria, *per si*, a invasão brasileira em Chiquitos nem indicaria o desejo do império do Brasil de estabelecer sua soberania em terras almeçadas por Bolívar e seus exércitos seguidores.

Por outro lado, os portenhos ameaçaram efetivamente o império do Brasil, procurando formar uma frente única contra seu rival secular no Prata, atacando-o por diversos lugares. Gomes Santos mostra que os buenaienses pressionaram o então supremo comandante Simón Bolívar para a união. Contudo, não interessava a Bolívar abrir novo flanco de guerra, o que tampouco era desejado por D. Pedro. Ainda assim, Bolívar consultou expoentes para sua decisão ou para reforçar sua certeza, como foi o representante inglês, George Canning, e o líder colombiano, Francisco de Santander, vice-presidente da Grã-Colômbia; foram unânimes sobre o quanto seria desastroso para todos<sup>28</sup>. O próprio Bolívar, como outros generais grã-colombianos, sabia que os portenhos (o que não era segredo algum) desejavam o que tinha sido o antigo Vice-Reinado do Prata como base territorial para o novo país; ou seja, uma área com Buenos Aires capital, abrangendo as províncias do “interior”, a Banda Oriental (Uruguai), o Paraguai além do Alto Peru, que estava se tornando “Bolívia”. Desse modo, a própria fundação da Bolívia, em agosto de 1825, por Manuel Sucre, com seu exército e moradores da região, tinha sido uma forma do Alto Peru sair da esfera de influência tanto de Buenos Aires quanto de Lima<sup>29</sup>.

Gomes Santos acrescenta um elemento que concorreu para Simón Bolívar não se aliar a Buenos Aires. Trata-se do fato e da circunstância de ele próprio, em 1825,

---

<sup>26</sup> ROSSI, Fernanda da Silva Rodrigues. A unidade (hispano-)americana e o olhar sobre o Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 61, p. 231-238, 2015.

<sup>27</sup> ROSSI. “A unidade...”, p. 233.

<sup>28</sup> SANTOS, L. C. V. Gomes. *O Império e as repúblicas do pacífico – As relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)*. Curitiba: UFPR, 2002.

<sup>29</sup> SALINAS, J. S. *Historia de la Independencia de Bolivia*. La Paz: Plural editores, 2009.

comandar a organização de um congresso para o ano seguinte, pretendendo reunir representantes da América recém-independente no Panamá (ainda parte de Grã-Colômbia), contando, inclusive, com a presença do Império do Brasil. Enquanto Buenos Aires não demonstrava interesse pela iniciativa de Bolívar, o Império do Brasil mantinha acesa a possibilidade de enviar um delegado. Chegou a fazê-lo, mas, por motivos diversos, como transporte, o representante brasileiro não chegou no dia e local marcados.<sup>30</sup> Por fim, a invasão de Chiquitos não impediu que a Grã-Colômbia creditasse um representante diplomático, no mesmo ano do congresso, 1826, no Rio de Janeiro, demonstrando as boas relações entre os países.<sup>31</sup>

### **A escolha de Ramos para a província indígena e fronteiriça**

De toda forma, a incorporação de Chiquitos por tropa brasileira ficou praticamente conhecida como o estopim que não se consumiu para deflagrar uma guerra de proporção continental. Por outro lado, o aspecto “localizado” (como de pouco valor), “despropositado” e “anedótico” é apontado por vários autores, principalmente, se comparado ao que vinha ocorrendo desde o início do século, como foram os movimentos liberais nos dois lados do Atlântico, as invasões napoleônicas na Europa, as longas e fatídicas lutas pelas independências e as disputas entre as regiões<sup>32</sup>. Desse modo, Amado Cervo assevera que a incorporação “não passara de uma aventura de lideranças locais”.<sup>33</sup> José Luís Roca crava que o “intento separatista” foi uma “descabellada aventura”, notadamente, ao acreditar que poderia receber o apoio das monarquias<sup>34</sup>. Já o historiador e diplomata brasileiro Vieira de Mello afirma “que tudo não passou de uma irrisória combinação de irresponsáveis”, tanto Ramos, ao propor a anexação, quanto os mato-grossenses, ao terem aceitado. No entanto, mesmo que “pitoresca, podia ter gerado uma tragédia colossal”.<sup>35</sup> Acrescente a isso, a anexação ter

---

<sup>30</sup> SANTOS, L. C. V. G. *O Brasil entre a América e a Europa: O império e o interamericanismo*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

<sup>31</sup> CERVO, A. A dimensão regional e internacional da independência. In: CERVO, A., RAPOPORT, M. *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

<sup>32</sup> VERDO, G. Qué territorio para cuál nación? Soberanías territoriales y rivalidades interprovinciales en el Río de la Plata (1820-1840). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Diciembre, 2019.

<sup>33</sup> CERVO, Amado. “A dimensão...”, p. 106.

<sup>34</sup> ROCA, J. L. “Ni con Lima...”, p. 676

<sup>35</sup> VIEIRA DE MELLO, Arnaldo. “Bolívar...”, p. 17.

sido fruto de um “acto de traición a la Patria” de Ramos – em livro sobre os 200 anos de independência em Santa Cruz de la Sierra<sup>36</sup>.

As designações como “aventura disparatada”, movimento “pitoresco”, mas que também produziram “traidores” e “irresponsáveis”, com risco de alcance descomunal, são termos que estão presentes nas narrativas sobre a anexação. Como já referimos, ajudam a entender o episódio – ainda que não concordemos com os epítetos acima –, deixam em aberto considerações e reconsiderações sobre Ramos e os que constituíam a maioria da província, os indígenas chiquitanos.

Quando Ramos foi escolhido para ser governador, em 1819, uma de suas qualidades para assumir o cargo era que sabia “a língua” dos indígenas da província que governaria, além de ter boas relações com os chiquitanos. Para Roca, Ramos se valeria dessas habilidades, mais tarde, para empreender sua “frustrada aventura”<sup>37</sup> de anexar Chiquitos a Mato Grosso, logo, ao Império do Brasil, mas sem especificar precisamente como ele *se valeria* delas. Entretanto, suas habilidades não impediram que fossem os próprios indígenas chiquitanos, no *pueblo* de San Miguel, a por em retirada a tropa brasileira, junto com o próprio governador, em 1825<sup>38</sup>. Essa insurreição é ignorada por Roca, mesmo tendo um dos trabalhos mais informativos, minuciosos e extensos sobre a “emancipação da Bolívia”, no qual tem destaque especial, a diferença de outros, a atual região do Oriente Boliviano, além de tratar de várias ações e configurações ameríndias. Outros autores também não se atêm a essa rebelião, como Calógeras (1998), Amado (2015) e Sotomayor (2013), ao tratar da invasão brasileira. Por outro lado, alguma referência há em outros autores, como Seckinger (1986) e Santos(2003). Ora, claro está que foram os habitantes dos *pueblos* que ficaram em contato direto e fisicamente com os invasores; e foi a reação deles, em San Miguel, que provocou a debandada imediata, sem intermédio, dos soldados de Mato Grosso e de Ramos da província.

---

<sup>36</sup> JUSTINIANO, O. T. Chiquitos en la Guerra de independência. In: JUTAPENDO. *Santa Cruz y sus 200 años de Independencia*. Santa Cruz: Editorial El Paíz, 2012.

<sup>37</sup> ROCA, J. L. “Ni con Lima...”, p.634

<sup>38</sup> SECKINGER, R. L. “La Cuestión...”, p. 12

Arriscamos a indicar dois fatores sobre a pouca, talvez nenhuma, atenção<sup>39</sup> dada ao levante que retirou os brasileiros do território de Chiquitos: não ter ocorrido uma batalha, seja entre as armas independentistas e a tropa de Mato Grosso, seja uma luta sangrenta entre os Chiquitanos e os soldados brasileiros; e os indígenas não terem sido pauta explícita das relações internacionais. O confronto bélico chegou a ser preparado, quando o general Manuel Sucre enviou o “argentino” Videla para ocupar Santa Cruz e adjacências. Todavia, de acordo com Seckinger, o período das chuvas atrapalhou o deslocamento de soldados, daí tiveram de esperar a estiagem. Seja como for, a tropa mato-grossense saiu antes de um provável encontro com as forças que tomavam a região. Caso contrário, poderia ter se configurado como um dos confrontos armados do processo de independência, tão prestigiados com a nomeação de logradouros na América hispânica, além de poder constituir parte da historiografia nacional sobre as independências. Não sendo apontado confronto sangrento, restaria ao ocorrido em Chiquitos, muitas vezes, o lugar de “pitoresco”.

O outro ponto que aludimos para o não realce ou consideração da ação expulsadora dos chiquitanos, que não exclui a possível ausência de “batalhas”, era devido aos ameríndios não terem sido pauta explícita de governos centrais e seus representantes nas questões internacionais da época, ficando, também, normalmente, fora dos temas e escopos abordados pela historiografia das relações internacionais. Como mostram Gabriel Passeti e Tereza Dulci<sup>40</sup>, é recente o movimento no qual pesquisas se abrem às “ações e reflexões **não** apenas de diplomatas, militares e políticos”, mas também para outros atores/sujeitos, como os indígenas e escravizados (além de intelectuais e viajantes), buscando compreender como se envolveram nos embates internacionais.

De toda forma, independentemente dos governos centrais, para governantes locais e provinciais dos dois lados da fronteira, além de moradores diversos da zona fronteiriça, os indígenas eram, sim, pauta para considerações, desenvolvimento de estratégias específicas, competições entre entidades – ainda que nem sempre

---

<sup>39</sup> Não diria “silenciamento”, pois não creio em uma ação deliberada para ‘calar’ a pequena, mas efetiva, rebelião indígena.

<sup>40</sup> PASSETTI, G; DULCI, Tereza. M. S. História das Relações Internacionais nas Américas. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 15, 2013, 1-4.

declaradas como eixos de ação. Ao mesmo tempo, os próprios indígenas da área fronteiriça entre as duas unidades políticas também possuíam suas formas de ação, perspectivas próprias e concepções territoriais nas quais englobavam as sociedades dos não-indígenas.<sup>41</sup> A zona de fronteira aqui, portanto, é entendida como uma área territorial não perfeitamente delimitada entre países/metrópoles, onde também variados grupos indígenas projetavam suas territorialidades<sup>42</sup> e outros, como escravizados em fuga e colonos, faziam suas estratégias<sup>43</sup>. Os famosos tratados do período colonial, como de Madri (1750) ou Santo Ildefonso (1777), pouco importavam para as metrópoles se empenharem para cumpri-los efetivamente na América, ao passo que os diversos habitantes ou transeuntes e autoridades locais procuravam soluções ou tinham contendas, envolvendo supostos limites geográficos de atuação, independente de seus governos centrais<sup>44</sup>. Somente com a formação dos Estados nacionais, após as independências, a delimitação linear de fronteira, ou seja, de uma linha de limite, torna-se um imperativo.<sup>45</sup> Isso coincide com o momento em que vários grupos indígenas das áreas fronteiriças efetivamente perdem seus territórios na América do Sul.<sup>46</sup>

### Indígenas e as independências

As grandes revoltas indígenas de Túpac Amaru e Túpac Katari, na qual morreram mais de 100 mil pessoas, foram apresentadas por muito tempo como movimentos precursores das independências. No Peru, por exemplo, constituiu parte da “memória oficial” a partir da década de 1970. Contudo, logo historiadores apontaram que os

---

<sup>41</sup> ALMEIDA, Maria Regina C. Populações indígenas e Estados nacionais latino-americanos: novas abordagens historiográficas. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, R. *História das Américas – novas perspectivas*. Rio de Janeiro, FGV, 2011, p.105-134.

<sup>42</sup> BOCCARA, G. Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la Obra de Nathan Wachtel. *Memoria Americana*, Buenos Aires, n. 13, p. 51-52, 2005.

<sup>43</sup> SENA, E.C. Fugas e reescravizações em região fronteiriça – Bolívia e Brasil nas primeiras décadas dos Estados nacionais. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 39(1), 2013, p. 82-98.

<sup>44</sup> HERZOG, T. *Fronteiras da Posse – Portugal e Espanha na Europa e na América*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2019.

<sup>45</sup> FOUCHER, M. *L’Invention des frontières*. Paris: F.E.D.N., 1986.

<sup>46</sup> QUIJADA, Mónica. *Homogeneidad y nación – con un estudio de caso: Argentina, siglos XIX y XX*. Madrid: CSI, 2000.

indígenas não pensavam na independência como veio a acontecer depois, sendo, na verdade, um dos “mitos de origem” dos países americanos.<sup>47</sup>

De toda forma, esses grandes levantes indígenas nos Andes foram sintomáticos das mudanças profundas que a coroa espanhola procurava promover, na segunda metade do século XVIII, em suas colônias e na própria Península, o que, entre outras consequências, abalou substancialmente as relações entre ameríndios e a sociedade envolvente. As chamadas reformas borbônicas procuravam dinamizar a economia entre metrópole e suas possessões além-mar. Para isso, a coroa espanhola e seus representantes acentuaram a interferência no poderio dos caciques, de maneira a extorquir mais produtos indígenas viáveis ao mercado.<sup>48</sup> A situação não mudou quando estouraram as guerras de independência. O auge dessa interferência foi quando Simón Bolívar decretou a extinção de todos os cacicados, em abril de 1824, em Trujillo (norte do Baixo Peru), por serem contrários aos “princípios de igualdade” propalados pelos republicanos.<sup>49</sup> Os realistas não foram diferentes durante os conflitos contra os independentistas. Enquanto limitavam o poderio dos cacicados, esforçavam-se para obter mais recursos das comunidades ameríndias para os fundos de guerra. Dessa maneira, não foi raro os indígenas lutarem pelos dois lados durante os confrontos, “independentistas” e “realistas”.<sup>50</sup> Mas também poderiam, em meio a oscilações, estabelecer sua própria soberania em sua territorialidade, como foi o caso dos Manabís, em Nova Granada.<sup>51</sup> Caso semelhante, o dos indígenas de Cochabamba, jurisdição que nessa época abarcava Santa Cruz de la Sierra e as governorias de Chiquitos e Mojos. Como mostra Mamán, ali foi formada uma tropa constituída quase totalmente por indígenas do vale cochabambino, sendo uma das principais forças contra o rei no Alto Peru. Entretanto, a autora mostra que não existem muitos estudos sobre os indígenas dessa jurisdição na época das lutas independentistas, não de maneira que se possa

---

<sup>47</sup> Ver essa discussão, por exemplo, em DEMÉLAS, Marie-Danielle. *La invención política*. Bolivia, Ecuador, Perú en el siglo XIX. Lima: IFEA- IEP, 2003.

<sup>48</sup> MALLON, F. E. Indigenous People and Nation-States in Spanish America, 1780-2000. In: MOYA, José C. (ed) *The Oxford Handbook of Latin American History*. Oxford: O. U. Press, 2011.

<sup>49</sup> CERNA, Carolina. “Continuidad y cambio”: la institución del cacicazgo y la problemática ciudadana en Tarapacá (norte de Chile), desde el período Tardío Colonial hasta 1837. Cusco: *Revista Andina*, n. 46, 2008.

<sup>50</sup> Isso também não era estranho a vários potentados locais, como na própria região que constituiria a Bolívia.

<sup>51</sup> QUIÑONES, Tatiana. Los ‘alucinados’ de Puerto Viejo. Nociones de soberanía y ciudadanía de los indios Manabí. In: BONILLA, H. *Indios, negros y mestizos en la independencia*. Bogotá: Planeta, 2010.



perceber se as adesões eram ligadas às áreas rurais onde trabalhavam ou se seriam reivindicações autônomas.<sup>52</sup> No entanto, mesmo se fossem ligadas às áreas onde trabalhavam, não excluiriam reivindicações autônomas, haja vista pesquisas mostrarem que as supostas adesões indígenas a um lado ou outro nas contendas não anulariam as reivindicações e expectativas próprias, as quais poderiam mudar no desenrolar dos processos de independências.<sup>53</sup>

### **A guerra e as rebeliões na fronteira**

Pelos estudos que temos sobre os indígenas das ex-missões de Chiquitos e Mojos, podemos inferir que não chegaram a se engajar direta e constantemente nas guerras de independência, como ocorreu em Cochabamba, embora tenham participado em algumas oportunidades. Assim, engajaram-se nas lutas contra as investidas dos militares saídos de Buenos Aires, que procuravam estabelecer a proeminência portenha no Alto Peru. O exército do Prata tomou Santa Cruz de la Sierra, em 1813, e chegou a avançar sobre parte da província chiquitana, mas acabaram derrotados em 1815/16. O grupo armado que os venceu era composto por indígenas locais, o que incluía os Chiquitanos, embora comandados por *criollos* e espanhóis realistas.<sup>54</sup>

Após os realistas retomarem Santa Cruz de la Sierra, passaram a cobrar maior produtividade dos mesmos Chiquitanos que os auxiliaram na “reconquista” da região, ao mesmo tempo que também retiravam objetos valiosos das ex-missões para financiarem os fundos de guerra. Essa era uma situação que acontecia desde o final do século XVIII, na qual se atritavam espanhóis/*criollos* e ameríndios nas províncias fronteiriças. Até que, em 1801, o chefe indígena Maraza, da província de Mojos, expulsou o governador nomeado pelo vice-rei. Aparentemente, procuraram restituir as prerrogativas dos chefes locais da época dos jesuítas. Maraza se autoproclamou

---

<sup>52</sup> MAMÁN, Ítala de. Participación indígena en la independencia altoperuana: la región de Cochabamba. In: BONILLA, H. *Indios, negros y mestizos en la independencia*. Bogotá: Planeta, 2010, p. 25-32.

<sup>53</sup> Ver ALMEIDA, Maria. R. C. “Populações indígenas...”, p. 109-116.

<sup>54</sup> Ver MARTINEZ, Cecilia. El Gobierno de Ignacio Warnes en Santa Cruz de la Sierra. Construcción y transformaciones de un liderazgo político-militar en la Guerra de Independencia. 1813-1816. In: PENÃ, Paula. *Santa Cruz en la Guerra de independencia* – Nuevas aproximaciones. Santa Cruz de la Sierra: Imprenta 2E, 2017.

governador da província, com apoio de alguns poucos *criollos*, mas foi desaprovado por vários outros caciques da região, que não reconheceram suas novas prerrogativas.<sup>55</sup>

Outras insurreições aconteceram ou foram agravadas com as notícias decorrentes da prisão do rei de Espanha, Fernando VII, quando o rei ficou cativo do imperador francês Bonaparte, em 1808. Essa situação é conhecida por produzir o fenômeno das juntas governativas, na Espanha e na América, nas quais, em geral, os moradores locais juraram lealdade ao rei, mas que também expressavam certa soberania das regiões ao se reunirem e decidirem. As primeiras juntas americanas aconteceram em Chuquisaca (atual cidade de Sucre) e em La Paz, em 1809, cidades do Alto Peru, reunindo as elites políticas e econômicas locais; logo foram desarticuladas por tropas enviadas do Peru. No ano seguinte, estouraram outras juntas em várias partes do continente, como as de Buenos Aires e de Caracas; essas duas, em poucos anos, transformar-se-iam nos principais centros propagadores das lutas contra a metrópole.<sup>56</sup>

Em Santa Cruz de la Sierra, também ocorreu a formação de junta governativa em 1810, constituída pelos moradores proeminentes, tal como em outros lugares, demonstrando apoio ao rei cativo. Não há informação se grupos indígenas participaram do movimento juntista, como, por exemplo, temos sobre Buenos Aires e La Paz.<sup>57</sup> Contudo, essa formação de governo, que duraria apenas entre 1810 e 1811, foi o suficiente para reforçar a distância entre os dirigentes não-indígenas e os indígenas, quando os primeiros, de Santa Cruz, ordenaram o confisco de objetos de valor dos *pueblos* das ex-missões.<sup>58</sup> Resistindo a isso, os indígenas ex-missionados proclamaram o fim das obrigações e impostos ao seu grupo. Em seguida, insubordinaram-se contra o governador e seus seguidores, passando a promover saques generalizados. O governo em Santa Cruz logo enviou tropa para “pacificar” a província. Como resultado, a morte de dezenas de ameríndios e mais de uma centena de feridos pelos soldados.<sup>59</sup> O medo

---

<sup>55</sup> JUSTINIANO, O. J. Moxos durante la guerra de la independência. In: PENÃ, Paula. *Santa Cruz en la Guerra de independencia – Nuevas aproximaciones*. Santa Cruz de la Sierra: Imprenta 2E, 2017.

<sup>56</sup> BUSHNELL, D. A independência da América do Sul espanhola. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina*. Da independência a 1870. São Paulo/Brasília: Edusp/Funag, 2001, p. 119-186.

<sup>57</sup> Ver Quijada, 2000.

<sup>58</sup> CANELAS, J. M. D. 2015. Historia de la independencia de Santa Cruz de la Sierra. In: PENÃ, Paula. *La Guerra de independencia en Sant Cruz de la Sierra según sus historiadores*. Santa Cruz: Imprenta 2E, 2015.p.15-54

<sup>59</sup> JUSTINIANO, O.J. “Moxos...”, p. 186.

da repressão espanhola ao movimento indígena, como tinha acontecido em outras ocasiões, teria feito com que parcialidades indígenas migrassem para o *lado português*.

Outra sublevação indígena que dispendeu muitos esforços dos não-indígenas ocorreu em 1822, em Mojos, quando a guerra consumia a América hispânica já por muitos anos. O coronel Francisco Javier de Velasco tinha sido nomeado governador da província de Mojos, recebendo como principal tarefa remeter bens das ex-missões para suprir as tropas realistas, além de aumentar a produção local. O cacique que se interpôs foi morto pelo novo governador. Sem tardar, os ameríndios locais mataram o governador da província, além de seus auxiliares mais próximos. Logo, o governador de Santa Cruz, o brigadeiro general Francisco José de Aguilera, nascido na própria Santa Cruz, dirigiu-se a Mojos comandando tropa para debelar a insurreição. Aguilera, nesse momento, era conhecido e condecorado por ter derrotado líderes independentistas anteriormente, além de já ter *pacificado* indígenas insurrectos. Como aconteceu em outras ocasiões, vários indígenas migraram para o *lado português* da fronteira, devido, segundo Roca, ao receio de represálias<sup>60</sup>.

### **A morte de Pablo Picado e a vontade dos Chiquitanos**

Três anos antes dessa rebelião, na província de Chiquitos, outro governador, Pablo Picado, também morrera violentamente nas mãos dos Chiquitano, mas, ao que parece, os mesmos não permaneceram em estado de insurgência. Assim, no lugar de comandar mais uma expedição para “pacificar”, o governador e comandante de Santa Cruz<sup>61</sup>, Aguilera, mandou abrir investigação sobre quem teria sido o responsável por essa morte. Nesse sentido, Roca mostra que haviam três linhas de investigação estabelecidas pelo governador de Santa Cruz. Uma sobre o ajudante militar de Picado, que ambicionava mais poderio local; outra sobre os curas, ressentidos pela perda de espaço para os novos governadores; e, em terceiro, a que parecia a mais forte desconfiança, os portugueses teriam *seduzido* os indígenas contra os espanhóis.<sup>62</sup> Essa última linha talvez respondesse também às causas das outras rebeliões que aconteciam

---

<sup>60</sup> ROCA, J. L. “*Ni con Lima...*”, p. 283-287.

<sup>61</sup> Santa Cruz, nesse momento, já estava desvinculada de Cochabamba e mantinha certa preponderância governativa e militar sobre as províncias de Chiquitos e Mojos.

<sup>62</sup> ROCA, J. L. “*Ni con Lima...*”, p. 628

na fronteira, pois uma coisa parecia certa: parcelas indígenas migravam para o lado português após os levantes ou tumultos, como diziam. De toda forma, ao nosso ver, acontecia que Aguilera excluía qualquer motivação própria dos indígenas para o assassinato. Em todas as três linhas do inquérito, era descartada a *vontade* própria dos indígenas.

Descartadas as duas primeiras hipóteses, o maior investimento investigativo foi sobre os portugueses terem aliciado os indígenas. Chegaram a mandar espiões para levantar informações com soldados luso-brasileiros do outro lado da fronteira. Entretanto, não conseguiram nada de forma cabal para confirmar as suspeitas. Dessa forma, a possibilidade de os indígenas terem tomado a iniciativa de matar o governador Picado estava fora de cogitação por parte das autoridades daquele momento, como também dos que escreveram sobre o caso, depois.<sup>63</sup>

Interessante notar que os chiquitanos eram, muitas vezes, considerados “adiantados” nos “degraus da civilização”, se comparados a outros da região que não tinham passado por missionamentos. Isso se dava pelos chiquitanos apresentarem algumas características, como praticarem agricultura em área circunscrita, constituírem pueblós e produzirem bens para o “mundo espanhol”.<sup>64</sup> Ainda assim, apesar dessa aparente proximidade cultural, havia uma clivagem profunda entre os espanhóis/criollos e os indígenas, causando, frequentemente, *traduções* incompreensíveis entre eles. Contribuía para o desentendimento a ideia disseminada, desde o início da colonização espanhola, de que os ameríndios seriam, praticamente, seres sem *vontade* própria e apropriada. Não teriam capacidade de decidir, fundada em uma *razão*; o que os impediriam, por exemplo, de serem processados (em tese) pelo Santo Tribunal da Inquisição.<sup>65</sup> Eram, dessa maneira, análogos às crianças, ou seja, sem o alcance da *maturidade*, supostamente, refletida nos próprios europeus.

Por outro lado, essa condição de “minoridade” poderia ser justificativa na rivalidade entre portugueses e espanhóis em relação aos indígenas na zona fronteira. Assim, os luso-brasileiros, devido aos chiquitanos serem “órfãos e irresponsáveis”, não

---

<sup>63</sup> ROCA, J. L. “Ni con Lima...”, p. 630.

<sup>64</sup> BASTOS, U. A. *Os jesuítas e seus sucessores: Moxos e Chiquitos (1767-1830)*. São Paulo: Revista de História USP, 1974.

<sup>65</sup> CARDOSO, A. C. *Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica, 1580 a 1655*. São Paulo: Alameda, 2017.

seriam “devolvidos” aos espanhóis. Permaneceriam sob a “guarda” e “proteção” de Portugal.<sup>66</sup> Os pedidos de “devolução” de indígenas migrados ou deslocados para o império português se intensificaram após a expulsão dos inácianos, como podemos ver, por exemplo, nos anais de Vila Bela.<sup>67</sup> Foi parte de indígenas chiquitanos que proporcionou aos portugueses constituir o povoado de Vila Maria (hoje cidade de Cáceres), na margem esquerda do rio Paraguai, enquanto outra parcialidade foi para Casalvasco, à beira de um dos afluentes do rio amazônico, o Guaporé, próximo à Vila Bela; ambas eram áreas indígenas anteriores aos povoamentos.<sup>68</sup> Desse modo, se os portugueses operavam para procurar controlar ou influir nos principais cursos d'água na área de fronteira, fundando povoados, os indígenas, por seu turno, também possuíam seus atrativos para saírem de seus povoados e roças em busca de outros espaços.

A mudança de local por um grupo indígena na zona fronteira podia ser fomentada por uma série de fatores, como secas, fomes, mas também podia fazer parte de uma geopolítica que englobava outros grupos étnicos, inclusive, os luso-brasileiros e espanhóis.<sup>69</sup> No caso específico dos Chiquitanos, como mostra Cecília Martinez, eram importantes para obter ou garantir o fornecimento de objetos estimados<sup>70</sup>; e, também, como mostra Moreira da Costa, para encontrarem ou se juntarem a parentes do *outro lado* da fronteira.<sup>71</sup> Continuando Martinez, as migrações não se davam necessariamente por terem suas “lealdades negociadas” com as coroas ibéricas. Se havia alguma lealdade dos Chiquitanos era pelos “*donecillos*”, ou seja, por objetos de metal ou vidro. Se isso era considerado como “quinquilharias” pelo mundo ibérico, era de maneira bem distinta pelos indígenas. Como mostra Diego Avelar, sobre os contatos interétnicos, não podemos reduzir aos aspectos funcionais de ganhos e perdas, para entender as relações

---

<sup>66</sup> BASTOS, U. C. “*Os jesuítas...*”, p. 21.

<sup>67</sup> Por exemplo, “Anal de 1784. Apresentado em Câmara pelo vereador Manoel Rodrigues da Silva”. In: AMADO, Janaína; ANZAI, **Leny** C. *Anais de Vila Bela – 1734-1789*. Cuiabá: Carlini & Caniato/EdUFMT, 2006.

<sup>68</sup> MOREIRA DA COSTA, J. E. *Coroa do Mundo: religião, território e territorialidade Chiquitano*. Cuiabá-MT: EdUFMT e Carlini Caniato Editorial, 2006.

<sup>69</sup> Ver BOCCARA, G. “*Génesis y estructura...*”, p. 46.

<sup>70</sup> MARTINEZ, C. “*Una etnohistoria...*”, p. 116

<sup>71</sup> MOREIRA DA COSTA, J.E. *O manto do encoberto*. Territorialização e identidade dos Chiquitanos. Cuiabá: UFMT. 2000.

entre grupos.<sup>72</sup> Conforme podemos depreender em Cecília Martinez, os chiquitanos eram acostumados a receber objetos considerados de pouco valor pelos espanhóis, em troca da produção de bens para o mercado, como lenços e velas, de maneira que já faziam parte dos rituais e cotidiano do chiquitanos. A falta deles poderia sair caro também para os ibéricos.<sup>73</sup>

Com o fim do período jesuítico, tornou-se escasso o fornecimento de produtos aos ameríndios, ao lado do aumento de cobranças por mais produção de artigos para atender o mercado, o que trazia constantes insatisfações. Ainda que existissem canais formais de negociação no Império espanhol, nos quais os indígenas poderiam fazer suas reivindicações,<sup>74</sup> isso não mudou a direção das coisas, ou seja, de escassez e interferência nos cacicados. Com a eclosão das guerras de independência, como vimos, as extorsões e interferências continuaram ou foram intensificadas, o que concorria para mais rebeliões.

Nesse caldeirão, Pablo Picado foi designado para governar Chiquitos, em 1819, tendo como uma das tarefas justamente aumentar a produção indígena. José Luis Roca o considera, por isso, como um governante “eficiente e progressista”, tendo desenvolvido muitas “obras”, destacadamente, o aumento dos bens produzidos, quando exigia “a los indígenas el cumplimiento de su deber”, fazendo-os comparecerem “al trabajo”.<sup>75</sup> Quando esse governador foi morto, então, pouco se levou em consideração as imposições de produção, a falta de atendimento e as desconsiderações aos cacicados. Entretanto, como em outros momentos, é notada a migração de parcialidades para o outro lado da fronteira, assinalando-se, unicamente, o motivo do medo de represálias.

Os chiquitanos, muito provavelmente, não eram alheios à insatisfação latente dos espanhóis quando migravam. Os luso-brasileiros, por seu turno, ao receberem notícias de “estalidos” na província vizinha, mobilizavam-se para receber prováveis migrantes. Não obstante, diante das condições apresentadas entre hispânicos e lusos,

---

<sup>72</sup> VILAR, D. Repensando el “complejo cultural chiriguano-chané”. In: COMBÉS, I. *Definiciones étnicas, organización social y estrategias políticas en el Chaco y la Chiquitania*. LIMA: IFEA, 2006.

<sup>73</sup> MARTÍNEZ. “Una etnhistória...”, p. 125-162.

<sup>74</sup> MALLON. F. E. “Indigenous ...”, p. 283-284.

<sup>75</sup> ROCA. “Ni con Lima...”, p. 501.

os ameríndios tinham a oportunidade de avaliar em qual parte permanecer, ainda que temporariamente.

Foi justamente assim após o levante em San Miguel, por ocasião da anexação de Chiquitos, no qual os indígenas expulsaram a tropa brasileira da província, em 1825. Com o tumulto, parte dos chiquitanos resolveu ir para Mato Grosso, sendo acompanhados também por moradores hispânicos. Então, no mês de outubro de 1825, o presidente mato-grossense escreveu para o novo governador republicano de Santa Cruz, procurando amenizar os efeitos da invasão brasileira e desfazer qualquer propensão a conflitos de sua parte. Afirmava que devolveria “os efetivos” pertencentes “aos índios da província de Chiquitos”, mandando seu próprio filho viajar para fazer a restituição, o que demonstraria a máxima boa vontade e a intenção de evitar qualquer conflito. Assim, também afirmava que retiraria qualquer obstáculo ao retorno de espanhóis (não índios) migrados por “motivo político”. Entretanto, omitia qualquer referência aos indígenas que tinham ido para Mato Grosso.<sup>76</sup> Dessa forma, logo tomava providências para que emigrados “espanhóis” tivessem melhores condições de se estabelecer em Mato Grosso.<sup>77</sup> Já em relação aos indígenas chiquitanos, o presidente ordenava a um subordinado que tomasse todas as medidas urgentes para bem acomodá-los, haja vista que alguns ainda se mostravam indecisos<sup>78</sup> quanto a permanecer ou não nesse lado da zona de fronteira. A suposta “indecisão” dos chiquitanos, portanto, contribuiu para que os brasileiros se movimentassem para oferecer melhores condições.

Para Herzog, entre indígenas e não-indígenas, não havia necessariamente “negociações” dignas do nome<sup>79</sup>, devido, principalmente, a patamares bastante desiguais entre as partes. Contudo, os chiquitanos conseguiam mobilizar autoridades coloniais ou nacionais para que pudessem ficar em melhores situações, o que incluía acesso aos bens que consideravam importantes, prescindindo de meios de negociação estabelecidos. A possibilidade de migração na região de fronteira já era uma maneira

---

<sup>76</sup> ABNB. *El Condor de Bolivia*. Chiquisaca, 21 de Diciembre de 1825.

<sup>77</sup> APMT. Caixa 1826. Pres. José Saturnino da Costa Pereira para Provedor da Fazenda. Cuiabá, 24 de maio de 1826.

<sup>78</sup> APMT. Caixa 1826. Comandante Constantino Ribeiro da Fonseca para capitão ajudante Vicente Rebelo Leite Pereira. 18 de setembro de 1826.

<sup>79</sup> HERZOG, T. *Fronteiras da Posse – Portugal e Espanha na Europa e na América*. Lisboa: Universidade de Lisboa/ICS, 2018.

*per si* de reivindicação ou solicitação. Ela estava no horizonte chiquitano, fosse para encontrar parentes, ter acesso a fontes de seus produtos favoritos, fosse para conseguir condições preferíveis àquelas que os espanhóis ofereciam nos *pueblos* de onde saíam. Enfim, a possibilidade de migrar era uma forma de não depender dos canais instituídos de “negociação”, sendo um *moto próprio* dos indígenas, logo, não um aliciamento dos luso-brasileiros, com os quais os espanhóis, cientes ou não, deveriam lidar para “governar”.

### Sebastián Ramos e a “traição” à pátria

A escolha de Sebastián Ramos para governar Chiquitos em plena guerra de independência era uma forma de reconhecimento de que outros governantes não possuíam conhecimentos suficientes sobre seus governados. Ramos, a princípio, diminuiria o fosso de entendimento entre hispânicos e indígenas. Em documento destacado do texto de Roca (2011), Aguilera justifica a escolha de Ramos, em carta para o vice-rei do Peru, por ele ter o conhecimento do “idioma” dos ameríndios e saber “*bastante las costumbres de sus naturales*”, além das qualidades militares. Essas habilidades supririam a carência do novo governador sobre “*los conocimientos*” necessários para “*el desempeño de un gobierno en suas materias politicas*”.<sup>80</sup> Assim, para auxiliar o novo governador, enviou, para acompanhá-lo, o reitor do seminário, que, entre qualidades como “bastante instruído, sagaz, prudente”, era principalmente “adicto da causa realista”.

A “política” aqui era entendida como prática dos que atuavam, sobretudo, no “mundo espanhol/*criollo*” – embora não o fosse –, no momento em que se esgrimavam as concepções legitimadoras dos exercícios de soberania, como era a ideia cambiante, mas mobilizadora, de “pátria”. Era a luta semântica que ocorria em paralelo à guerra em armas, como mostra Perea.<sup>81</sup> Logo, ao nosso ver, Ramos não era menos realista que outros da região do Alto Peru. Pelo contrário, para defender sua posição, ele também se utilizou dos termos políticos nos momentos mais críticos.

---

<sup>80</sup> ROCA. “*Ni con Lima...*”, p. 632.

<sup>81</sup> PEREA, Natalia. S. Questionando o significado de Pátria: Tornando-se peruano durante a guerra 1809-1824. In: PAMPLONA, Marco. MÄDER, Maria Elisa. *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas, Peru e Bolívia* (Volume 4). São Paulo: Paz e Terra, 2010.



Assim foi com as notícias da batalha de Ayacucho, ocorrida em dezembro de 1824, que se espalharam rapidamente, fazendo com que muitos terra-tenentes e militares, antes monarquistas, mudassem de lado, prestando juras e recebendo as tropas. Parecendo ser mais um dos que capitulariam, Ramos escreveu para o comandante do Exército Libertador, Antônio José Sucre, demonstrando sua suposta adesão. Então, o governador saldava as forças que estavam “libertando-nos da opressão em que gemíamos baixo ao jugo tirânico dos peninsulares”. Acrescentava que era um “fiel americano” e que faria todos os pueblos de Chiquitos jurarem com “alguma decência e solenidade” como era “própria para tais casos”.<sup>82</sup> Também se colocava, juntamente com seus comandados, à disposição dos vencedores dos “campos de Ayacucho”. Enquanto o governador fazia essas declarações, negociava com os munícipes de Mato Grosso, súditos da monarquia de Bragança, o envio de tropa para tomarem posse de sua província em nome do Império brasileiro.

Essa carta para o comando independentista foi impressa no jornal *El Cóndor de Bolívia*, praticamente, como uma prova pública da “traição” Ramos. O periódico foi fundado para apoiar o regime presidido por Antonio José de Sucre e seus seguidores. Além de propagar os atos governamentais, também publicava notícias de outras localidades da América, dos países da Europa e, por vezes, de outras partes do mundo. O jornal, sobretudo, procurava definir e reforçar a nova entidade política, as “instituições pátrias”, já trazendo termos como “bolivianos”, explicando o que seria o “cidadão” do novo país, as virtudes necessárias de habitantes e governantes. Discutia-se nele as formas de governo e os projetos bolivianos. As “proclamações” de várias autoridades também apareciam no jornal. Havia a intenção de promover coesão aos chamados “bolivianos”, ao mesmo tempo em que se publicava os desentendimentos com Buenos Aires e a nova república do Peru. Assim, fazia o papel de órgão oficial, conseguindo alguma longevidade, se comparado a outros títulos que publicavam alguns números e depois desapareciam<sup>83</sup> – durou até 1828. Saiu de circulação praticamente quando findava a permanência de Sucre na Bolívia.

---

<sup>82</sup> ABNB. Sebastián Ramos para General en Jefe del Ejército unido Libertador, Antonio José de Sucre. Santa Ana, 13 de marzo de 1825. In: *El Cóndor de Bolivia*. Chuquisaca, 19 de enero de 1826.

<sup>83</sup> Consultar seção de Periódicos da ABNB.

Nesse viés, era papel do jornal separar os “traidores” da pátria e os “heróis” do país que estava começando a se constituir. Entretanto, o termo “pátria” vinha passando por mutações durante o processo de independência. Como vimos, Sucre já anunciava, por ocasião da invasão de Chiquitos, que Ramos era traidor. Quando ele faz tal sentença, já havia pelo menos 15 anos de consideráveis turbulências políticas na América do Sul. A “pátria”, antes, não tinha necessariamente uma conotação política, estando mais ligada à região, cidade ou vila, ou seja, ao lugar de nascimento. Uma identidade local não impedia de ter outra concomitante, como eram os da “pátria” local e a da “nação espanhola”. Daí, muitos nascidos na América se consideravam espanhóis. Com as invasões francesas na Península Ibérica, o termo começou a ganhar significado acentuadamente político, procurando uma união ante aos estrangeiros na Espanha; por outro lado, na América hispânica, contribuiu para produzir diferenciações entre os nascidos e os não nascidos no continente, procurando promover a separação entre os naturais das cidades e regiões da América e os da Espanha, fornecendo direções para os embates, ainda que muitos espanhóis e criollos lutassem de lados iguais em dados momentos e circunstâncias, a favor e contra o rei<sup>84</sup>.

Ponto importante para isso foi quando Simón Bolívar, procurando conquistar o vice-reinado de Nova Granada, decretou “Guerra de Morte” aos espanhóis realistas, dando visibilidade a quem deveria ser o verdadeiro inimigo. O espanhol que não conspirasse contra a tirania, a favor de sua “justa causa”, seria considerado “traidor da pátria”, logo, executado sem perdão<sup>85</sup>. Outro líder da independência, San Martín, em 1821, quando tomou o Peru, sequer considerou os peninsulares que lutavam pela independência, ao decretar que todos os espanhóis em idade de armas e solteiros deixassem a República que se instalava naquele ano<sup>86</sup>.

Por outro lado, nada disso impedia que naturais das várias partes da América concebessem que lutar pela pátria (pelo local de nascimento) era também guerrear pelo rei residente do outro lado do Atlântico. Assim foi, por exemplo, o caso do próprio Aguilera, o “chefe” de Sebastián Ramos, ambos da região de Santa Cruz. Como mostra

---

<sup>84</sup> Ver PEREA, Natalia. S. “Questionando...”, p. 27-40.

<sup>85</sup> FREDRIGO, Fabiana de S. *Guerras e escritas – A correspondência de Simón Bolívar*. São Paulo: UNESP, 2010.

<sup>86</sup> PEREA, Natalia. S. “Questionando...”, p. 46.

Natalia Perea, o termo ainda podia designar a ligação ao lugar de nascimento, mas se sobrepôs a essa concepção a que indicava os partidários tanto da independência quanto da coroa. Ao fim do conflito, no Peru, pátria acabou sendo sinônimo de “República” e logo não separava apenas espanhóis de americanos, mas também quem tinha nascido no Peru dos “colombianos” e dos originários da recém-criada República da Bolívia<sup>87</sup>. Andrés de Santa Cruz, presidente do Peru em 1827, tendo nascido em La Paz, foi rechaçado pelos peruanos por ser estrangeiro. Antes, Bolívar, a maior autoridade independentista, teve de se retirar do Peru, pesando, para isso, também, o fato de não ser “peruano”.

Em 1825, quando o “colombiano” Sucre sentenciou “traidor de la Pátria” a Sebastián Ramos”, em plena guerra semântica, apoiava-se na efêmera ideia de “pátria americana”, que já era sinônimo de “república” no Peru. Estabelecida a República da Bolívia, pátria rapidamente torna-se sinônimo tanto das instituições republicanas quanto dos que tinham nascido no Alto Peru (agora Bolívia). Isso, em poucos anos, fez com que os adversários do presidente Sucre, entre atentados a sua vida, o colocassem em suspeição constantemente, por ser “colombiano” de nascimento, junto com os principais de seu exército. O golpe final foi quando tropas do Peru invadiram a Bolívia, em 1828, exigindo a saída do estrangeiro Sucre da presidência e da Bolívia, com suas tropas, pois tal situação era apresentada como ameaçadora ao próprio Peru<sup>88</sup>, que também havia, a pouco, expulsado os “colombianos” de sua “pátria”.

Desse modo, diante de tantas transformações políticas que vinham acontecendo desde 1808, podemos afirmar que não seria uma atitude tresloucada o pedido de Ramos para que o Império do Brasil incorporasse sua governadoria. Nascido na região de Santa Cruz, da qual Chiquitos fazia parte, podia ainda perfeitamente acreditar na restauração da monarquia diante de tantas transformações acentuadas. Elliot mostra que, durante o período colonial, era praticamente impensável que um rei viajasse até a América para ver seus súditos, o que não abalava a relação com seus súditos americanos<sup>89</sup>. Porém, em 1808, o rei de Portugal, surpreendentemente, se instala na América. Não menos imprevisível era a trajetória recente do próprio rei da Espanha. Preso em 1808 pelos

---

<sup>87</sup> PEREA, Natalia. S. “Questionando...”, p. 56.

<sup>88</sup> Ver ROCA. “Ni con Lima...”, p. 723.

<sup>89</sup> ELLIOT, H. E. *España, Europa y el Mundo de ultramar (1500-1800)*. Madrid: Taurus, 2010.

franceses, depois liberto em 1812, quando também jurou a Constituição. Em 1814, derruba a carta magna e procura reestabelecer suas antigas prerrogativas. Em 1820, os liberais da Espanha prendem novamente o rei, sendo solto somente em 1823, quando organiza tropas para a América e governa despoticamente contra seus opositores liberais até a década de 1830. Em todos esses momentos, o risco de morte do rei era iminente, como também a esperança de suas reviravoltas. Ramos não seria indiferente a essas notícias que chegavam, enquanto na sua própria região, Aguilera, a maior autoridade realista da região de Santa Cruz, não tinha ainda capitulado. Embora, como vimos, a Santa Aliança não chegasse a atuar efetivamente, poderia ser esperada sua “santa” intervenção para reverter a situação. Ao que parece, Ramos estaria mais preocupado em não ser traidor do rei e de sua própria pátria, Santa Cruz, do que não ser traidor da nova e momentânea *pátria* de Sucre e dos que estavam tomando sua região.

Entretanto, a pátria realista de Ramos ou a pátria republicana que veio a ser a Bolívia não, necessariamente, incorporaria todos os nascidos nela, como indígenas e afrodescendentes. Como mostra Miller, isso ficaria em aberto ao longo do século XIX, pelo menos, na América Latina. Se o termo “nação” poderia incorporar outras identidades, como tinha sido, de certa maneira, a “nação espanhola” ao abrigar diferentes pessoas de localidades diversas, o termo pátria procuraria forjar uma única identidade.<sup>90</sup>

Assim, talvez um dos motivos para o imediato fracasso da iniciativa de Ramos para a anexação da província fosse o fato de nem ele nem os indígenas se reconhecerem como tributários da mesma lealdade política, ou seja, da mesma “pátria”. Isso foi agravado quando soldados brasileiros, entrando para tomar posse da província, talvez tivessem se apossado de seus tesouros, como os espanhóis vinham procurando fazer desde o XVIII, o que logo os levou à insurgência. De toda forma, *A pátria republicana*, que viria logo, acentuaria a condenação de Ramos, mas os indígenas não seriam tidos como participantes das disputas que expulsaram os brasileiros. Muito provavelmente, essa espécie de panteão não os interessaria, sendo mais atrativo o que poderiam

---

<sup>90</sup> MILLER, N. The historiography of nationalism and national identity in Latin America. *Nations and Nationalism*. Vol.12(2), 2006, p.201-221.

conseguir com pessoas de grupos diferentes do seu, inclusive, com luso-brasileiros moradores do outro lado da zona de fronteira.

### **Conclusão**

Maria Regina de Almeida chama nossa atenção para o fato de que a história dos índios também é a história das colônias e dos países que se formaram na América. Podemos acrescentar que muitos indígenas fizeram parte também das histórias das relações internacionais. Ao tratarmos da Anexação de Chiquitos, mostramos as contínuas interferências nas comunidades indígenas, exigindo produção e retirando bens. Por outro lado, além de se rebelar, os indígenas podiam conseguir melhores condições pela possibilidade de migrarem para o país vizinho. Isso movimentava as autoridades dos dois lados da fronteira, procurando evitar perdas de indígenas ou ganhar novos moradores, em duas regiões que não eram das que recebiam maior atenção de seus governos centrais.

A invasão de Chiquitos, episódio pouco conhecido, mas tratado principalmente por historiadores das Relações Internacionais ou da Bolívia, quando é destacado o aspecto “peculiar”, movimento sem pé-nem-cabeça, mas que poderia ter gerado uma grande guerra entre republicanos e o império do Brasil. Assim, ganham destaque a carta ameaçadora de Sucre, a reconsideração da câmara de Vila Bela ordenando a volta da tropa, além da correspondência condenatória de D. Pedro à anexação. Aqui, também procuramos mostrar a tensão que existia em relação aos indígenas na fronteira. A tentativa de poder melhor governá-los com a nomeação de alguém que soubesse sua língua e alguns de seus costumes não foi o suficiente, uma vez que incorreu no mesmo problema; subestimou-os e, provavelmente, fez com que se sentissem subjugados ao oferecer a posse da província a terceiros, soldados brasileiros. A rebelião em Chiquitos que expulsou realistas hispânicos e brasileiros não seria para saudar os independentistas, que chegaram logo depois, mas serviria para reafirmar seu exercício de soberania na sua própria província, em meio às guerras entre ibero-americanos. Não era a primeira vez que um governador saía às pressas ou era morto nem seria a primeira vez que procuraram se apropriar dos “efectivos” das ex-missões, como fizeram os soldados brasileiros – os quais foram logo devolvidos por autoridades de Mato Grosso. Em tal exercício de soberania na zona fronteira, cabia, inclusive, migrar parcelas de seu

povo para o mesmo lugar de onde vieram os invasores e aí procurar melhores condições, sem deixar de ser “chiquitano”; como continuariam a ser reconhecidos, inclusive, no limiar do século XXI, apesar de várias investidas para o não reconhecimento e sua descaracterização. Mas aí já seria outra *história, histórias*.

### Referências bibliográficas

#### Fontes documentais

ABNB. Cuiabá, 8 de outubro de 1825. Saturnino da Costa para Govr. Jil Salido. El Condor de Bolívia. 11 de dezembro de 1825.

ABNB. El Condor de Bolivia. Chiquisaca, 21 de Diciembre de 1825.

ABNB. Sebastián Ramos para General en Jefe del Ejército unido Libertador, Antonio José de Sucre. Santa Ana, 13 de marzo de 1825. In: El Cóndor de Bolivia. Chuquisaca, 19 de enero de 1826.

APMT, Caixa 1825. Cuartel General de Chuquisaca, 11 de mayo de 1825. A. J. de Sucre para Al Sr. Comandante de las tropas del Brasil en las fronteras de Chiquitos, don Manuel José de Araújo.

APMT. Caixa 1826. Comandante Constantino Ribeiro da Fonseca para capitão ajudante Vicente Rebelo Leite Pereira. 18 de setembro de 1826.

APMT. Caixa 1826. Pres. José Saturnino da Costa Pereira para Provedor da Fazenda. Cuiabá, 24 de maio de 1826.

AMADO, Janaína; ANZAI, Leny C. Anais de Vila Bela – 1734-1789. Cuiabá: Carlini & Caniato/EdUFMT, 2006. Anal de 1784. Apresentado em Câmara pelo vereador Manoel Rodrigues da Silva.

#### Referências

ALMEIDA, Maria Regina C. Populações indígenas e Estados nacionais latino-americanos: novas abordagens historiográficas. In: AZEVEDO, Cecília; RAMINELLI, R. *História das Américas – novas perspectivas*. Rio de Janeiro, FGV, 2011, p.105-134.

BASTOS, U. A. *Os jesuítas e seus sucessores: Moxos e Chiquitos (1767-1830)*. São Paulo: Revista de História USP, 1974.

BOCCARA, G. Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la Obra de Nathan Wachtel. *Memoria Americana*, Buenos Aires, n. 13, p. 51-52, 2005.

BREÑA, R. *El primer liberalismo español y su proyección hispanoamericana*. In: JACSIC, Ivan; CARBÓ, E. P. (ed). Santiago: FCE-Chile, 2011, p. 63-88.

BUSHNELL, David. A independência da América do Sul espanhola. In: BETHELL, Leslie(org.). *História da América Latina*. Da independência a 1870. São Paulo/Brasília: Edusp/Funag, 2001. p. 119-186.

CALÓGERAS, P. *A política exterior do Império*. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998.

CANELAS, J. M. D. 2015. Historia de la independencia de Santa Cruz de la Sierra. In: PENÃ, Paula. *La Guerra de independencia en Sant Cruz de la Sierra según sus historiadores*. Santa Cruz: Imprenta 2E., 2015, p.15-54.

CARDOSO, Alírio C. *Amazônia na Monarquia Hispânica: Maranhão e Grão-Pará nos tempos da União Ibérica, 1580 a 1655*. São Paulo: Alameda, 2017.

CERNA, Carolina. "Continuidad y cambio": la institución del cacicazgo y la problemática ciudadana en Tarapacá (norte de Chile), desde el período Tardío Colonial hasta 1837. Cusco: *Revista Andina*. n. 46, 2008.

CERVO, Amado. A dimensão regional e internacional da independência. In: CERVO, A., RAPOPORT, M. *História do Cone Sul*. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

COMBÉS, Isabelle. *Diccionario Étnico – Santa Cruz la Vieja y su entorno em el Siglo XVI*. Oruro: Itinerários, 2010.

COMBÉS, Isabelle. Santa Cruz Indígena. In: COMBÉS, Isabelle, PEÑA, Paula H. (comp). *Santa Cruz La Vieja*. Santa Cruz de la Sierra: G. M. A. S.C.S., 2013.

DEMÉLAS, Marie-Danielle. *La invención política*. Bolivia, Ecuador, Perú en el siglo XIX. Lima: IFEA- IEP, 2003.

DOSSE, F. *O Renascimento do acontecimento*. São Paulo: Ed Unesp, 2010.

ELLIOT, H. E. *España, Europa y el Mundo de ultramar (1500-1800)*. Madrid: Taurus, 2010.

FERNANDEZ, Juan Patricio. *Relacion historial de Las Misiones de Indios Chiquitos*. Madri: V. Suarez [1726], 1895.

FERREIRA, Gabriela. Conflitos no Prata. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial – (1808-1831) – Vol I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

FOUCHER, M. *L'Invention des frontières*. Paris: F.E.D.N., 1986.

FREDRIGO, Fabiana de S. *Guerras e escritas – A correspondência de Simón Bolívar*. São Paulo: UNESP, 2010.

GARCÍA RECIO, José María. *Análisis de una sociedad de frontera. Santa Cruz de la Sierra en los siglos XVI y XVII*. Sevilla: Gráficas del Sur/Diputación Provincial de Sevilla/Archivo Histórico Nacional de Bolivia, 1988.

HERZOG, T. *Fronteiras da Posse – Portugal e Espanha na Europa e na América*. Belo Horizonte: Arraes Editores, 2019.

JUSTINIANO, O. J. Moxos durante la guerra de la independência. In: PENÃ, Paula. *Santa Cruz en la Guerra de independência – Nuevas aproximaciones*. Santa Cruz de la Sierra: Imprenta 2E, 2017.

JUSTINIANO, O. T. Chiquitos en la Guerra de independência. In: JUTAPENDO. *Santa Cruz y sus 200 años de Independencia*. Santa Cruz: Editorial El Paíz, 2012.

KREKELER, Brigit. *Historia de los Chiquitanos*. La Paz: Talleres Graficos Hisbol, 1995.

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. *A Vila Bela e a ocupação portuguesa do Guaporé no século XVIII*. Cuiabá: SEDUC-MT, 2004.

MAESTRI, Mário. O imperialismo do Brasil na Bacia do Prata. *História: Debates e Tendências*, Passo Fundo, v.14, n.1, jan/jun. 2014, p. 241-246.

MALLON, Florencia E. Indigenous People and Nation-States in Spanish America, 1780-2000. In: MOYA, José C. (ed) *The Oxford Handbook of Latin American History*. Oxford: Oxford University Press, 2011.

MAMÁN, Ítala de. Participación indígena en la independencia alto peruana: la región de Cochabamba. In: BONILLA, H. *Indios, negros y mestizos en la independencia*. Bogotá: Planeta, 2010, p.26-232.

MARTINEZ, Cecília. El Gobierno de Ignacio Warnes em Santa Cruz de la Sierra. Construcción y transformaciones de um liderazgo político-militar em la Guerra de Independencia. 1813-1816. In: PENÃ, Paula. *Santa Cruz en la Guerra de independencia – Nuevas aproximaciones*. Santa Cruz de la Sierra: Imprenta 2E, 2017.

MARTINEZ, Cecília. *Una etnohistoria de Chiquitos, más allá del horizonte jesuítico*. Cochabamba: Instituto de Misionología / Itinerarios Editorial, 2018.

MILLER, N. The historiography of nationalism and national identity in Latin America. *Nations and Nationalism*, v. 12(2), 2006, p.201-221.

MOREIRA DA COSTA, J. E. F. *A Coroa do Mundo: religião, território e territorialidade Chiquitano*. Cuiabá-MT: EdUFMT e Carlini Caniato Editorial, 2006.

MOREIRA DA COSTA, J. E. F. A Formação do território chiquitano. In: SILVA, Joana F. (org) *Estudos sobre os Chiquitanos no Brasil e na Bolívia*. Goiânia. UCG, 2008.

MOREIRA DA COSTA. J.E. F. *O manto do encoberto*. Territorialização e identidade dos Chiquitanos. Cuiabá, UFMT. 2000.

PASSETTI, G; DULCI, Tereza. M. S. História das Relações Internacionais nas Américas. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*, n. 15, 2013, 1-4.

PEREA, Natalia.S. Questionando o significado de Pátria: Tornando-se peruano durante a guerra 1809-1824. In: PAMPLONA, Marco. MÄDER, Maria Elisa. *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas, Peru e Bolívia* (Volume 4). São Paulo: Paz e Terra, 2010.

QUIJADA, Mónica. *Homogeneidad y nación – con un estudio de caso: Argentina, siglos XIX y XX*. Madrid: CSI, 2000.

QUIÑONES, Tatiana. Los ‘alucinados’ de Puerto Viejo. Nociones de soberania y cidadania de los indios Manabí. In: BONILLA, H. *Indios, negros y mestizos en la independencia*. Bogotá: Planeta, 2010.

ROSSI, Fernanda da Silva Rodrigues. A unidade (hispano-)americana e o olhar sobre o Brasil. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 61, p. 231-238, 2015.

ROUX, Jean-Claude. *La Bolivie Orientale*. Paris/Montreal: L’Harmattan, 2000.

SALINAS, J. S. *Historia de la Independencia de Bolivia*. La Paz: Plural Editores, 2009.

SANTOS, L. C. V. Gomes. *O Brasil entre a América e a Europa: O império e o interamericanismo (do congresso do Panamá à Conferência de Washington)*. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.



SANTOS, L. C. V. Gomes. *O Império e as repúblicas do pacífico – As relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)*. Curitiba: UFPR, 2002.

SANZ, J. O. *La invasión Brasileña a Bolivia en 1825*. La Paz: Librería Editorial Juventud, 1986.

SECKINGER, Ron L. La Cuestión de chiquitos: una breve crisis en las relaciones boliviano-brasileñas. *Revista de la Universidad Gabriel René Moreno*, Santa Cruz de la Sierra, n. 39-40, 1985.

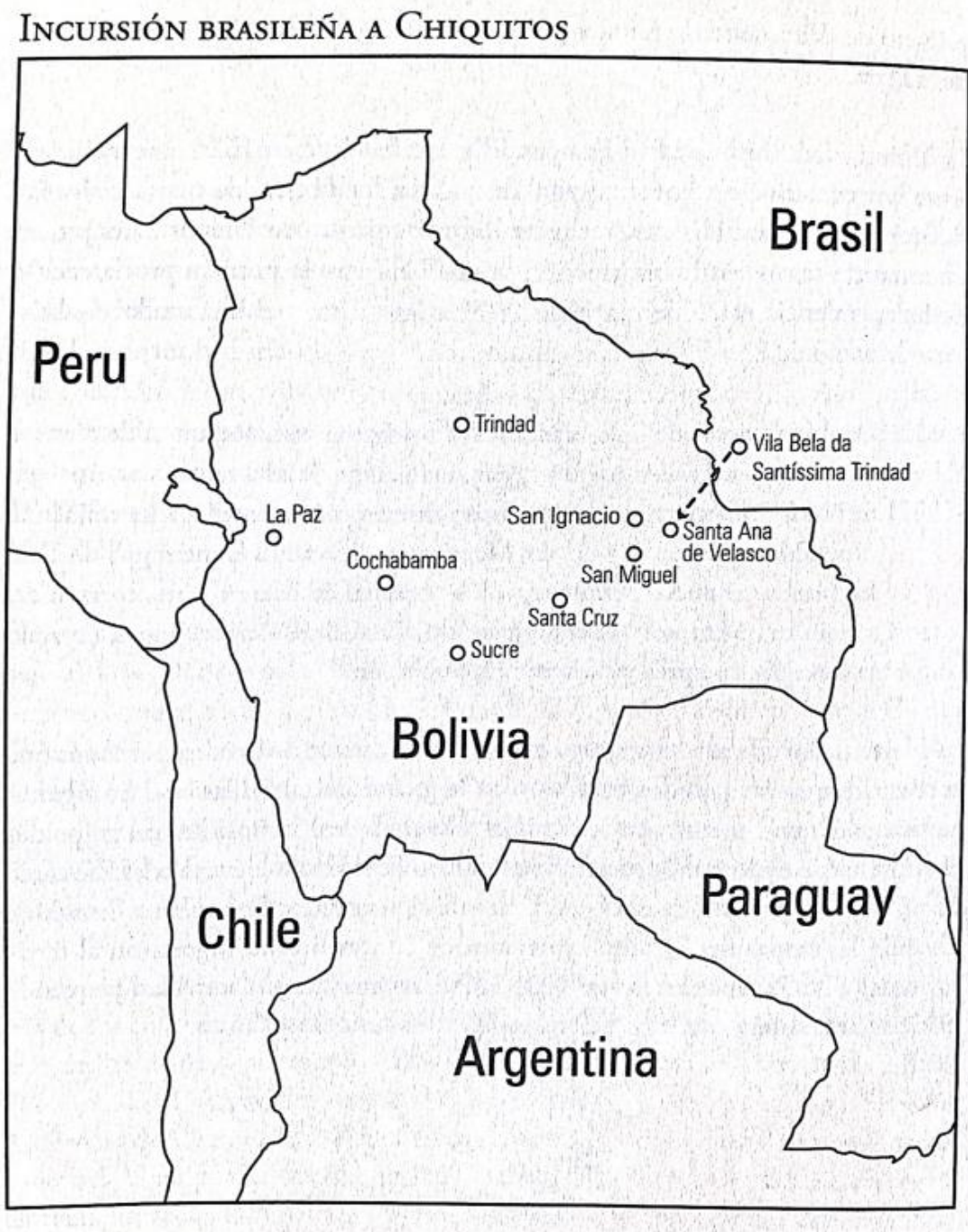
SENA, E.C. Fugas e reescravizações em região fronteira – Bolívia e Brasil nas primeiras décadas dos Estados nacionais. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 39(1), 2013, p. 82-98.

SOTOMAYOR, W.A. *Relaciones Brasil Bolivia-la definición de las fronteras*. La Paz: Plural Editores, 2013.

VERDO, G. Qué território para cuál nación? Soberanías territoriales y rivalidades interprovinciales en el Río de la Plata (1820-1840). *Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Diciembre, 2019.

VIEIRA DE MELLO, Arnaldo. *Bolívar, o Brasil e os nossos vizinhos do Prata – da questão de Chiquitos à Guerra da Cisplatina*. Rio de Janeiro: Editora Escopo, 1963.

VILAR, D. Repensando el “complejo cultural chiriguano-chané. In: COMBÉS, I. *Definiciones étnicas, organización social y estrategias políticas en el Chaco y la Chiquitania*. Lima: IFEA, 2006.



Fonte: AUAD SOTOMAYOR, Walter. *Relaciones Brasil Bolivia. la Definición de las fronteras*. Ceres: Plural editores, 2013, p. 28.

Recebido em 15 de abril de 2021  
Aprovado em 10 de junho de 2021